

Continuação do Balanço da Cia Agropastoril do Rio Tiraximim: CFC nº. 877/00 especifica para as sociedades anônimas, e compreende o período de 01/01 a 31/12/2015 comparado com o período de 01/01 a 31/12 dos exercícios de 2016 e 2017. **NOTA 04-CAPITAL SOCIAL:** o Capital Social em 31/12/2017, 2016 e 2015, é de R\$ 60.839.612,94, representado por 91.459.707 ações nominativas sem valor nominal, sendo: 71.043.084 ações ordinárias; 12.598.958 ações PN "A"; 2.319.593 ações PN "B" e 5.498.072 ações PN "C". **NOTA 05-CONTINGÊNCIAS** As declarações de renda da sociedade estão abertas à fiscalização por um período prescricional de 05 anos e os documentos trabalhistas e previdenciários, por período de até 30 anos nos termos da legislação vigente. Não se conhece eventuais custos contingenciais a incidir, em caso de eventuais fiscalizações. Cumarú do Norte-PA, 31/12/2017. JARBAS GUIMARÃES JUNIOR-Presidente e Francisco Ferreira Paz-Contador-CRC76.905-SP-T/PE-"S"-PA. **Ilmo Srs. Acionistas e Administradores da Cia Agropastoril do Rio Tiraximim. Att. Sr. Jarbas Guimarães Júnior-Cumarú do Norte-PA. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Opinião do Auditor Independente.** Examinamos as Demonstrações Contábeis, da Empresa **Cia Agropastoril do Rio Tiraximim**, encerradas em 31/12/2017, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa **Cia Agropastoril do Rio Tiraximim**, em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião do Auditor.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Empresa auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência e auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase.** Fomos contratados para a execução dos trabalhos de auditoria sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/2017, após a data de encerramento daquele exercício. Desta forma, não pudemos acompanhar os procedimentos de inventário físico dos estoques naquela data. Por outro lado, executamos os demais procedimentos de auditoria em relação aos estoques de forma a certificar a fidedignidade de seus registros, os critérios de avaliação e realização ocorridos no período, na qual não existe ressalva. **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis.** A administração da Cia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Goiânia-GO, 25/05/2018. **Walkiria da Silva Alencar-Auditor Independente CRC-GO 11.601-0 CVM 11436.** Obs: O Relatório de Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2016, foi emitido em 05/07/2017, sob a responsabilidade de Walkiria da Silva Alencar-Auditor Independente CRC-GO11601-0 CVM 11436, e encontra-se a disposição dos interessados, na sede da Cia, onde serão fornecidas cópias integrais.

Protocolo: 369507

BRASIL VERDE ESQUADRIAS EIRELI-EPP

CNPJ 04.857.470/0001-27, localizada no Ramal do Sororoca, s/ nº-GalpãoB, Itaquara/Murinim Benevides-PA, torna público que requereu da SEMMAT-BENEVIDES, renovação da L.O 010/2010, através do processo 369/2018-2. Atividade: serraria com desd. de madeira em tora para produção madeira serrada.

Protocolo: 369501

LICENÇA DE OPERAÇÃO O CONSÓRCIO TAMASA CIMCOP

Inscrito no CNPJ 18.021.638/0001-74, torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA Novo Repartimento - PA a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO para atividade de Extração de areia e cascalho, fora de recursos hídricos, com beneficiamento associado, Vicinal 02 da Parakanã, Fazenda Boa Sorte, município de Novo Repartimento - PA.

Protocolo: 369505

AUTO POSTO ALVORADA EIRELI

CNPJ: 09.911.045/0001-92, torna público que requereu a SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Novo Repartimento / PA) a Licença Prévia, Licença de Instalação e Operação para o Comércio Varejista de Combustíveis para veículos automotores, localizado na Rua do Comércio, Nº 222, Vila Belo Monte, Zona Rural- Novo Repartimento (PA).

Protocolo: 369491

OBTENÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI A EMPRESA ELECNOR DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 30.455.661/0018-10, torna público que obteve, em 12/09/2018, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), a Licença de Instalação (LI) nº 2870/2018 do Canteiro de Obras denominado Medicilândia, para apoio à Linha de Transmissão 230kV Xingu - Altamira / 230kV Altamira - Transamazônica / 230kV Transamazônica - Tapajós e Subestação Tapajós II. **Victória Ramos Del Rosário - Diretora Administrativo Financeiro**

Protocolo: 369495

EXCLUSIVAMENTE PARA FINS DE DIREITO,

O relator acima identificado comunica, neste ato, o extravio do(s) seguinte(s) documento (s): Outro - CNPJ 15733514/000123. IE 153754532 AIDF 510.395-9 NFVC NUM. 101 a 200. Num. Do B.o: 00277/2018189180-1.

Protocolo: 369499

MINERAÇÃO PARAGOMINAS S.A. CNPJ 12.094.570/0004-10

A Mineração Paragominas S.A. (CNPJ 12.094.570/0004-10) torna público que recebeu em 16/08/2018 (sob processo nº 2018/29202) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), a Declaração de Dispensa de Outorga nº 2366/2018 requerida em 19/06/2018, para captação de água superficial no KM 86 do mineroduto para umectação de solo e teste hidrostático (80,16 m³/dia) no Município de Tomé-Açu/PA. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

Protocolo: 369503

LUIZ CARLOS FELIX BARBOZA

CPF: 334.269.962-00, proprietário da Fazenda Paraíso, localizada no município de Paragominas - PA, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente SEMMA do município de Paragominas - PA, a obtenção de Licença de Atividade Rural (LAR) para a atividade de Agropecuária.

Protocolo: 369490

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº-005/2018-CPL-CMIP

Objeto original: Contratação de empresa para o fornecimento de combustível (gasolina comum), até o limite máximo de 25.000(vinte e cinco mil) litros, para atender os veículos a serviço da Câmara Municipal de Ipixuna do Pará, no exercício de 2018. CONTRATANTE: **Câmara Municipal de Ipixuna do Pará - PA.** CONTRATADA: **DELPUPO E MORO COMBUSTÍVEIS LTDA-EPP (POSTO IPIXUNA)**, CNPJ de nº 18.592.080/0001-87. OBJETO: reajuste no preço da gasolina comum, passando a vigorar a partir desta data, o valor unitário por litro de gasolina comum a R\$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2018.

VALOR UNITÁRIO ADITIVADO: R\$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), por litro de gasolina comum.

VALOR GLOBAL CORRIGIDO: R\$112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTOS LEGAIS: "d", do II, do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no subitem 14.1, da Cláusula XIV, do Edital do Pregão Presencial nº-PP001/2018-CPL-CMIP.

Câmara Municipal de Ipixuna do Pará - PA, 01/06/2018.

ARNALDO CORREIA LEITE JUNIOR - Presidente

Protocolo: 369494

J M DA SILVA PEREIRA

Torna público que recebeu da SEMAS/PA, Licença de Operação Nº 11340/2018, para prestação de serviços fitossanitários/domissanitários com utilização de controle de praga e vetores, Sítio Tv. We 87,1271, Altos C, Cidade Nova, Bairro Coqueiro, Ananindeua/PA.

Protocolo: 369498

SANTA CRUZ IND. COM. E EXP. DE MADEIRAS EIRELI - EPP,

CNPJ nº 18.599.739/0001-27, Rua São José, s/nº, Lot. Sto Antônio do Acará, Bairro Murinim, Benevides/PA, torna público que recebeu da SEMMAT/Benevides a Lic. de Operação nº159/2018 para ativ. de desdobro de madeira em tora para madeira serrada através do processo nº 098/2018-1.

Protocolo: 369502

LICENÇA DE OPERAÇÃO O CONSÓRCIO TAMASA CIMCOP

Inscrito no CNPJ 18.021.638/0001-74, torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA Novo Repartimento - PA a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO para atividade de Extração de areia e cascalho, fora de recursos hídricos, com beneficiamento associado, localizada na Rodovia Transamazônica, km 132, Parakanã, Fazenda Pernambuco, município de Novo Repartimento - PA.

Protocolo: 369506

M. R. MOLAS E FREIOS

CNPJ: 22.327.998/0001-79 torna público que recebeu da SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá) a sua Licença de Operação (LO: 315/2017 - Processo: 3706/2016 - validade: 23/08/2018) para atividade de Oficina de carros localizada na Rodovia PA 150 km 06 Pátio do Hiper Posto Bloco 04 Bairro Nova Marabá - Marabá (PA).

Protocolo: 369489